

ENTRE PREVENIR E NORMALIZAR, QUE LUGAR TERÁ O SOFRIMENTO DA CRIANÇA?*

Amal Hachet

Analista clínica do Espace Analytique. Doutora em psicologia clínica e psicopatologia na Universidade de Paris 5. ATER no Departamento de Psicologia da UFR de Ciências Humanas e Artes da Universidade de Poitiers.

Tradução: Pedro Henrique Bernardes Rondon

RESUMO: Trata-se de discutir, por meio da observação de um menino de 4 anos, recebido em psicoterapia dentro das consultas de Buttes-Chaumont, o paradoxo inerente à expectativa social ante o analista de crianças: uma normalização.

Palavras-chave: Abuso sexual, normalização, distúrbio de conduta na criança, psicanálise, subjetividade.

ABSTRACT: Between prevention and normalization, what place shall be given to the child's suffering? Through the observation of a four-year-old boy taken in psychotherapy in the frame of Buttes-Chaumont consultation, the author discusses the inherent paradox of the social expectation in front of the children's analyst: a normalization.

Keywords: Sexual abuse, normalization, behavior disorder in children, psychoanalysis, subjectivity.

INTRODUÇÃO

No prefácio que fez para a obra doutrinal de Maud Mannoni dedicada ao primeiro encontro dos pais de uma “criança com problemas” com o psicanalista, Françoise Dolto, para quem a adaptação escolar é um “importante sintoma da neurose”, denuncia com a autora as exigências patogênicas da sociedade, e mesmo da escola, esse “mais além do familiar edipiano” que visa normalizar as crianças conforme um padrão socioeducativo à custa de sua subjetividade (MANNONI, 1965, p.43).

Os critérios de adaptação escolar para cada criança se baseiam não apenas no sucesso, mas também e principalmente na ausência de distúrbios de caráter que possam perturbar a tranquilidade do ambiente.

* Comunicação apresentada no contexto das jornadas de estudos do Espaço Analítico sobre “Impertinências da psicanálise de crianças?”, Oficina 3: Prevenção dos distúrbios da criança, 19-20 de novembro de 2005.

Ante as pressões da sociedade e da escola, e a ansiedade dos pais — motivada pelos distúrbios escolares ou do caráter da criança — o psicanalista pode ver sua função pervertida e então, sendo terapeuta, pode ver que lhe é atribuída uma função de “agente da normalização” de quem se espera que garanta — graças a um “dispositivo de ajuda específica que preconiza medidas terapêuticas ou corretivas re-educativas” — a conformação dessa criança a um Ideal de Saúde mental e física: uma criança calma, sadia de corpo e de espírito, bonita, inteligente, que sabe falar, ler, escrever e contar perfeitamente, que se sai bem na escola e não apresenta nenhum problema àqueles que estão à sua volta. Em suma, uma criança-robô. Ou então, uma vez que o sintoma de uma criança tem um valor de mensagem, é preciso antes ouvi-la do que corrigi-la ou reeducá-la, correndo o risco de agravar o sofrimento do sujeito que é seu portador (idem, p.10). O papel do analista, então, consiste em “restituir ao sujeito sua verdade, como uma dádiva”, talvez mesmo permitir que a palavra seja. O analista não está lá para trazer soluções, mas para permitir que uma situação seja posta em questão e para que a pergunta que subtende a demanda — aquela que os pais propõem através de seus filhos — possa ser apresentada. O que o analista dá é aquilo que é do outro, dizia Lacan, denunciando o caráter enganador, mentiroso e inadequado de sua demanda.

Em seu artigo “Éducation, oppression, normes”, e baseando-se nos trabalhos de Maud Mannoni, Catherine Mathelin evoca a ausência de diferença entre uma educação tolerante e outra rígida. Ambas estão fundadas no constrangimento e na violência: a educação que depende de um ideal pedagógico se acha pervertida. A criança deve submeter-se a ela, sob pena de sofrer sanções (receber pancadas ou perder o amor de seus pais). Esta educação cria o impasse no que tange à verdade do desejo, tanto da criança quanto do adulto: essa verdade, no entanto, força seu retorno através do sintoma da criança (MATHELIN, 2004, p.16).

Um relatório recente do Inserm (Institut National de la Santé et de la Recherche Médicale), datado de 22 de setembro de 2005 e realizado por um grupo de “especialistas” em distúrbios de comportamento em crianças e adolescentes, afirma que há uma nova patologia associada aos distúrbios de comportamento, denominada TOP: Troubles Oppositionnels avec Provocation (que vertido ao português seria DOP: Distúrbios de Oposição com Provocação). Tratar-se-ia de um conjunto de comportamentos hostis, indisciplinados, impulsivos ou provocadores que se exprimiriam ao longo da primeira infância e que seria precursor de distúrbios de conduta, talvez mesmo da delinqüência, no adolescente, bem como de distúrbios de personalidade no adulto. Dentre os fatores de risco, esses “especialistas” mencionam:

- Por um lado, os fatores genéticos e hereditários (dentre os quais a existência de antecedentes familiares de distúrbios de conduta, de criminalidade no seio da

família, de personalidade “anti-social” dos pais, etc.). Em suma, de acordo com esse relatório os distúrbios de conduta e de agressividade da criança são geneticamente “herdáveis”.

- Por outro lado, a presença de deficiências neurocognitivas na criança (tais como o déficit das habilidades verbais e das funções executivas).

Para enfrentar esse distúrbio, os “especialistas” preconizam a implementação de um programa de despistamento precoce dos sinais precursores e dos fatores de risco desde a vida intra-uterina (?), um programa de prevenção tanto quanto uma tomada do encargo “psicossocial” que seria uma forma de “psicoterapia” à qual caberia ensinar a criança a desenvolver “estratégias de resolução de problemas” e suas “competências sociais, cognitivas e emocionais”. O conjunto dessas intervenções, reforçado pelo tratamento farmacológico específico que associaria antipsicóticos, psicoestimulantes e reguladores afetivos, deveria iniciar-se desde a gravidez e prosseguir até que a criança tenha 3 anos de idade (RELATÓRIO INSERM, 2005). Graças ao progresso da ciência, poderemos finalmente transformar nossos monstros — ou nossas “bombas de efeito retardado”, tomando emprestada a expressão de Winnicott — em seres dóceis, robotizados e idealmente em conformidade com as normas de funcionamento que estejam em vigor! Ao criar o impasse ante aquilo que compõe a identidade da criança como sujeito — a saber, seu desejo — a sociedade se obstina a não ouvir o verdadeiro sofrimento que se esconde por trás do sintoma ou de seu “distúrbio de conduta”, o qual está longe de poder ser reduzido a fatores químicos, hereditários ou genéticos. Esse simplismo etiopatogênico lembra perigosamente as idéias de Lombroso acerca do “criminoso nato”.

Mas o que terá sido feito do inconsciente? É possível normalizá-lo?

APRESENTAÇÃO DE UMA OBSERVAÇÃO CLÍNICA

A observação de Nicolas ilustra as transações sociais atuais no sentido de uma “normalização a qualquer preço”.

Nicolas tinha 4 anos de idade quando o recebi pela primeira vez numa consulta que se seguiu à solicitação de sua mãe e à da escola. Tendo sido repetidamente estuprado por um amigo de seu pai entre os 18 meses e os 4 anos de idade (esse homem lhe tinha infligido penetrações anais, felação com ejaculação, e tinha feito “xixi e cocô em cima” dele; o pai de Nicolas teria participado desses abusos sexuais), Nicolas tinha pesadelos, apresentava tendência disléxica e mostrava comportamento agressivo e agitado tanto na sala de aula quanto diante de sua mãe: masturbava-se, dizia coisas obscenas e se punha a esfregar-se e a passar a mão em suas primas menores e nos colegas da escola.

Arrasada pela extensão dos distúrbios de seu filho, a mãe de Nicolas chega com a demanda principal de “normalizá-lo”, como se os acontecimentos vivi-

dos pelo menino — ainda mais sendo ele tão pequeno — comportassem alguma coisa de “normal”: “Todo mundo me diz que é preciso normalizá-lo para que ele seja como as outras crianças que não têm problemas”. Essa demanda de normalização referia-se tanto ao comportamento quanto às realizações escolares de seu filho: “A professora dele me aconselhou a discutir com você um modo de corrigir a tendência de Nicolas à dislexia.”

Elementos da anamnese

Os pais de Nicolas têm uns 30 anos de idade e exercem profissões comerciais. Separaram-se quando o filho tinha 18 meses. Tendo estado em conflito mesmo antes do nascimento do menino, o casal decidiu separar-se quando a mãe retomou uma atividade profissional em horário integral. Filho único, Nicolas veio ao mundo após breve hesitação da parte de sua mãe que quase fez o aborto. Ela tinha feito outros abortos anteriormente, e não tinha certeza de que quisesse ter o Nicolas. A criança foi cuidada pela mãe até a idade de 18 meses, sendo depois entregue ora a uma babá, ora ao pai que na ocasião estava desempregado, ora ainda ao amigo deste (o tal que cometeu o abuso)! Era freqüente que este último ficasse com Nicolas à noite. O casal compartilhou a guarda da criança por consentimento mútuo, até a primeira revelação de Nicolas, que obrigou sua mãe a buscar o Juiz da Vara de Famílias e depois a apresentar queixa contra X., seguindo os conselhos dos “tiras” (sic) encarregados do inquérito.

A mãe de Nicolas é uma mulher frágil. Consciente de sua ambivalência em relação a seu filho, ela adota quanto a ele um comportamento que oscila entre a culpabilidade e a reparação. Faz o possível para se mostrar presente e disponível para o Nicolas, porém com facilidade desmorona ante a agressividade do menino. Este procura igualmente esfregar-se e passar a mão na mãe, o que esta recusa categoricamente, apontando para ele o interdito do incesto: “Eu digo a ele que as relações sexuais entre crianças e adultos são proibidas, que aquilo que aconteceu com ele não foi normal, que ninguém tinha o direito de fazê-lo passar por aquilo, e que a lei existe para castigá-los.”

O pai de Nicolas é um homem imaturo e inibido. Tem vida profissional e sentimental instável e caótica. Nas ocasiões em que acompanhava o filho às consultas, a cada três semanas, ele o tempo todo procurava ter contato físico com o menino. Chama-o de “minha queridinha”, “meu bonzinho”, ou ainda de “senhor”. Intervém igualmente nas atividades de Nicolas, chegando mesmo a influenciar suas escolhas de desenhos ou de brincadeiras.

Ao abordar durante uma sessão os fatos do estupro e o interdito colocado pela lei, Nicolas cuspiu no pai. Perturbado, este ficou enfurecido e agarrou seu filho pela camiseta, gritando: “Por que você fez isso? Hoje você não vai ganhar Stroumpfs. Peça desculpas imediatamente. Você não tem o direito de fazer isso

com ninguém.” Diante da cólera do pai, Nicolas ficou impassível, depois sorriu com ar desafiador. Por essa atitude o menino quis mostrar a seu pai — e tomando a mim como testemunha — que essa lei não tinha nenhum valor, uma vez que o próprio pai a transgredia! Em seguida a essa sessão, o estado de excitação e agressividade de Nicolas melhorou. Ficou menos triste e decidiu afastar-se do pai. Não o chamou mais e se recusava a falar com ele pelo telefone. O pai desmoronou, então, e procurou fazer alguma chantagem. Para apoiar Nicolas em seu desejo de crescer, por um lado, e para preservar seu espaço terapêutico, por outro, decidi, de acordo com a criança, que só receberia seu pai sozinho e fora das sessões reservadas a ela.

A evolução de Nicolas

Por ocasião das sessões, Nicolas buscava preservar junto de mim a imagem de um menininho “normal”, “corajoso” e “forte”. Tolerava mal as queixas que sua mãe fazia na minha presença — tanto a propósito de sua excitação sexual (o fato de que ele se masturbasse e faça “com seu *doudou*” coisas que chama de “meu ursinho chora”), quanto a propósito de seus desejos de morte (chorando, ele repete para sua mãe que é infeliz e quer morrer) — que logo confirmava batendo na mãe.

O único desregramento que Nicolas se permitia em sessão era a agitação motora (vista como contendo e compensando sua excitação sexual, por um lado, e seu vivido depressivo, por outro): ele se mexia sem parar e pulava para todo lado. Sua brincadeira favorita era fabricar aviões de papel nos quais escrevia seu nome, e atirava-os cada vez mais alto, como se todo seu corpo se tornasse um pênis em vôo livre! Suas brincadeiras e seus desenhos ou eram desvitalizados ou eram povoados de monstros e exibiam cenas de violência, de penetração, de ataque ou de destruição. Nicolas tinha especial interesse nos “buracos” que fabricava com a massa de modelar ou que fazia no papel.

Nicolas tinha também uma busca de reparação que às vezes tomava a forma de compensação oral: incessantemente ele me pedia doces, bolos ou chicletes, ou ainda coisas para beber. Queria levar consigo algo do meu consultório: um pano, uma figura ou um brinquedo.

À medida que Nicolas respondia ao desejo de normalização de sua mãe ou da professora, seus desenhos evoluíram em direção a “alguma coisa” cada vez mais de acordo com os desenhos escolares, por exemplo, passava a sessão colorindo: “Hoje, na escola, a professora nos obrigou a ficar durante duas horas colorindo. Ninguém podia se mexer nem falar”, ou ainda, tomando o cuidado de escrever seu nome no sentido certo, para agradar sua mãe (uma vez que anteriormente ele tinha uma escrita especularizada ou invertida).

Essa pseudo-acalmia se alternava com um estado de regressão induzido pela evocação dos eventos de abuso sexual que deram origem aos seus problemas.

Quando regredia, sua mãe desmoronava. E quando ele recuperava sua segurança e se opunha a seu pai, era este quem desmoronava! Nicolas viu-se defrontado com um dilema: “como se opor ao outro e continuar intacto”? De fato, quer ele regredisse, quer melhorasse, o outro desmoronava. Em tal contexto, não se vendo tolerada ou aceita por seus pais, a agressividade de Nicolas se voltava contra ele mesmo: ele desmoronava. Queria morrer ou “ir embora, morar num planeta bem longe”.

Só ao final de cinco meses de acompanhamento é que Nicolas começou a relaxar durante a sessão. Explodiu em soluços e manifestou o desejo de que sua mãe e eu cuidássemos dele.

Discussão

Como manter nosso papel de analistas ante uma sociedade que nos obriga a normalizar um distúrbio que, entretanto, tem toda a razão de ser? Como fazer quando às vezes nos encontramos na situação de sermos levados a atuar, talvez mesmo a agir na realidade, como garantir um papel que não é o nosso, tal como o de bancar o juiz como no caso de Nicolas? Qual o valor de uma lei insuficiente, que não garante seu papel de proteção da criança entregue às atuações perversas dos “adultos”?

No caso de Nicolas, tratava-se do pai e de um amigo deste. Apesar de conhecer as declarações de Nicolas que implicavam o pai, a Juíza da Vara de Famílias manteve os direitos de visitação desse homem, “na presença de um terceiro”. Esse terceiro era tanto o tio paterno quanto os avós paternos da criança, o que dava amplamente oportunidade ao pai de exercer uma chantagem contínua sobre seu filho: “Diz que o papai não te fez nada e aí eu vou poder te levar à Eurodisney”, ou mesmo a culpabilizá-lo: “Papai fica infeliz longe de você. Se você disser que eu não te fiz nada, nós vamos poder nos curtir um ao outro”...

Quando Nicolas, na presença da mãe, por ocasião de uma sessão que se seguiu a uma visita do pai, se perguntou por que razão estava impedido de ver este último “sozinho”, sua mãe lembrou-lhe as declarações que ele fizera aos policiais. Nicolas então disse à mãe que seu pai não lhe fizera nada. A mãe lembrou-lhe de que não devia mentir, e Nicolas lhe atirou firmemente: “Tenho sim, tenho que mentir o tempo todo.”

Nicolas compreendeu perfeitamente que no “nosso planeta” uma criança não tem muita escolha: ou bem se cala e se comporta da maneira conveniente para preservar o amor e a estima daqueles que lhe são próximos, mesmo que esteja sofrendo pelo que estes lhe fizeram, ou então terá que se exilar num outro planeta (“mais bonito, porque a Terra não é bonita”) para poder existir enfim! Seu ideal de criança, que ele esboçou com o auxílio de um desenho, representa um “robô de 9 anos que mora num planeta lindo”. Todavia, acha-se sobreposta a

esse ideal a imagem bem realista de uma “bruxa” de 9 anos (sic) através da qual Nicolas se projeta em seu desenho. Essa bruxa “vive uma vida medonha em outro lugar que não é no nosso planeta, porque a vida dela é nojenta. Ela só tinha ela”. Se Nicolas trabalha bem na escola, é porque ele planeja partir um dia para o espaço como cosmonauta, a bordo de uma nave espacial. O sucesso escolar de Nicolas é o único assunto de que sua mãe se orgulha, ela que não compreende as verdadeiras motivações de seu filho: ir embora para o lugar mais longe possível!

Felizmente, a instrução do caso judicial recentemente teve um desfecho positivo. O pai de Nicolas foi processado, assim como o amigo dele, pelo estupro de menor por ascendente, e posto sob tutela judicial com interdição de ter contato com seu filho.

Essa intervenção real que possui um valor simbólico, o da lei judiciária — na falta da lei do pai — trouxe um alívio bastante importante para a excitabilidade sexual e a agitação de Nicolas. Na terapia, ele aceitou entregar-se a um movimento de regressão: desenhou a si mesmo numa casa cercada de macieiras, com seu coelhinho de pelúcia — “o doudou”, que trouxe para a sessão — e me pediu que lhe contasse histórias, especialmente aquela do “lobo com os três porquinhos”. O interesse que Nicolas manifesta por essa história dá evidências da fragilidade de seu envoltório psíquico ante o risco da intrusão paterna. Essa fragilidade se atenua à medida que ele se desprende do domínio exercido por seu pai. Para isso, apóia-se no espaço e na ligação transferencial, que funcionam como continentes: ele se identifica com o porquinho da casa de tijolos que resiste aos ataques do lobo (figura paterna intrusiva e aterrorizante).

CONCLUSÃO

Através da observação de Nicolas, de 4 anos de idade e recebido em psicoterapia dentro do enquadramento da consulta de Buttes-Chaumont, procuramos submeter à prova dos fatos clínicos o paradoxo inerente à expectativa social ante a análise de crianças. Vale lembrar que essa expectativa consiste numa normalização dos “sintomas” ou distúrbios dos pacientes jovens, sem levar em consideração a apreensão de seu sofrimento. Um paradoxo como esse tende a prender o terapeuta, muitas vezes à sua revelia, num papel que está totalmente em contradição com sua função. Esse papel consiste em “formatar” a criança conforme um Ideal de Saúde mental e física de acordo com o ideal pedagógico em vigor.

Recebido em 9/12/2005. Aprovado em 12/1/2006.

REFERÊNCIAS

MANNONI, Mäud (1965/2002) *Le premier rendez-vous avec le psychanalyste*. Paris: Gallimard.

MATHELIN, Catherine (2004) "Education, oppression, normes. Figures de la psychanalyse", in *Actuel des Folies*, n.10, p.13-24.

RELATÓRIO DE IMPRENSA DO INSERM. Disponível em: www.inserm.fr/fr/presse/dossiers_presse/att00000407/DPTroubledesconduites.pdf. Acesso em: 22 de setembro de 2005.

Amal Hachet
hachet@wanadoo.fr